

## A Comunicação Social das Comunidades: os Novos Desafios

**Autor(a):** António Oliveira | **Saiba mais sobre o(a) autor(a)**

**Tema:** Comunicação Social

**Subtema:** Sociedade

**Referência geográfica do conteúdo:** New York, NY, USA

**Data de publicação:** 07/09/2008

**Referência da Primeira Publicação:**

Junho de 2008, Terceira, Açores

**Línguas disponíveis:** Português

### RESUMO

Uma comunicação sobre a imprensa comunitária nos Estados Unidos da América apresentada no Fórum "Gnosis" que teve lugar em Junho de 2008 na cidade de Angra do Heroísmo, ilha Terceira, Açores. Aqui se analisa um pouco da história dos órgãos de comunicação social portugueses nos EUA, os seus problemas passados e presentes e se perspectiva o que poderá ser o seu futuro.

### CONTEÚDO

O tema desta apresentação "A Comunicação Social das Comunidades: Os Novos Desafios", só por si dava, como se costuma dizer, pano para mangas e azo à escrita de muitas teses e livros. Não vou aqui historiar a comunicação social portuguesa da diáspora, que apresenta muitas cambiantes de país para país, mas sim falar um pouco sobre a realidade que conheço e vivo há mais de vinte anos, que é a imprensa étnica portuguesa nos Estados Unidos, particularmente a imprensa escrita. Creio, porém, que ao reflectir um pouco sobre esta, não estarei muito longe dos lugares comuns de todas as outras da diáspora portuguesa. Mas mais do que fazer uma análise exaustiva, com a enumeração de títulos, datas e figuras, interessa-me sobretudo a reflexão sobre o passado de forma a que juntos possamos perspectivar o futuro desta nossa "utopia de comunicar em português", como diz o poeta Álvaro de Oliveira. Não vou, por isso, gastar o vosso tempo com muitos números, até porque eles carecem ainda de uma compilação sistematizada, mas sim lançar questões que abram portas à reflexão com vista ao debate que se segue. Espero, pois esse é o meu objectivo, que algumas das minhas ideias suscitem críticas e reparos.

A história da imprensa comunitária portuguesa nos Estados Unidos está praticamente ligada à fixação das primeiras grandes comunidades açorianas. Parece que criar jornais faz parte da genética do ilhéu, dentro e fora de portas. Nos Açores, e nas comunidades da Califórnia e Nova Inglaterra, os títulos nasceram e morreram um pouco como cogumelos. Ainda ontem, na revista de bordo da TAP, na minha viagem para a Terceira, li esta curiosidade espantosa. Nos anos 30, no Faial, no tempo em que a chegada e partida do célebre hidroavião Clipper era um acontecimento social que juntava multidões, um grupo de residentes editou mesmo um jornal enquanto esperava pelo avião que entretanto se atrasou uns dias, para falar do feito. Na Califórnia, desde o século dezanove até hoje foram publicados mais de três dezenas de jornais, e quanto às rádios a certa altura chegou a haver 70 programas em língua portuguesa. Apesar da suas deficiências, das carências de meios e da formação profissional dos seus proprietários, estes jornais e programas, segundo escreve Eduardo Mayone Dias, da Califórnia, "têm representado uma das mais vigorosas componentes do processo de preservação dos valores ancestrais trazidos do outro lado do Atlântico e até mesmo um antídoto para a estranheza e nostalgia que acompanham a diáspora".

Mas longe vão esses tempos: hoje a Califórnia tem apenas um jornal português, três estações de rádio, mais meia dúzia de pequenos programas em português e três programas de televisão. Na costa leste a febre jornalística foi muito menor, apesar de também terem nascido, sobretudo por iniciativa de emigrantes açorianos, e desaparecido, mais de uma boa dúzia de títulos, estando o panorama actualmente reduzidos a 4 jornais - dois na Nova Inglaterra e dois em New Jersey - e uma revista em New York e Virginia. Na rádio, desapareceram ao longo do tempo também muitos pequenos programas, mas continua a existir uma estação a transmitir 24 horas em português e vários programas de algumas horas alugadas em estações americanas. Na televisão funciona um canal na Nova Inglaterra e um em New Jersey.

Ao contrário da Califórnia, a emigração desta costa leste é mais recente, e por isso a imprensa comunitária beneficiou das grandes vagas migratórias que deixaram Portugal nos anos 60, 70 e 80. Sobre isto escreve Adelino Ferreira, do Portuguese Times, no recém publicado livro "Capelinhos - As Sinergias de Um Vulcão":

*"Se a onda de emigração dos anos 60 e 70 teve um grande impacto na revitalização da comunidade lusa nos Estados Unidos, designadamente no estabelecimento de órgãos de comunicação social, estes têm ajudado os emigrantes a adaptarem-se ao novo modo de vida, divulgando informação essencial e útil, facilitando assim a sua integração na nova sociedade. Ao mesmo tempo, os órgãos de comunicação social em língua portuguesa actuam como um importante elo de ligação entre as terras de origem e o novo país, contribuindo, assim, para manter viva a língua e cultura portuguesas.*

*Interessante notar que os jornais conseguiram atrair um número considerável de leitores, muito superior ao total do número conseguido pelos sete jornais diários que se publicam nos Açores. Pode-se afirmar, com segurança, que a maioria dos leitores dos jornais das comunidades portuguesas nunca foi assinante de um jornal nos Açores.*

*A rádio portuguesa é muito popular e tem uma vasta audiência. Teve um papel preponderante na inserção dos imigrantes portugueses nas comunidades onde se estabeleceram. Apoiou e promoveu também campanhas que levaram ao estabelecimento de instituições para a defesa e promoção da cultura portuguesa.*

*Esta «aliança» entre os meios de comunicação portugueses e a comunidade imigrante foi (é) de benefício mútuo. Se os primeiros não podem existir sem os imigrantes, as comunidades portuguesas também colheram (colhem) benefícios de terem ao seu dispor os serviços destes órgãos de comunicação social.",* fim de citação.

Mas esta relação órgãos de comunicação social da diáspora/comunidades/país de origem nem sempre tem sido pacífica, como não tem sido tranquilo o seu percurso. Pelo menos nos Estados Unidos, e apesar da continuidade dos títulos referidos, e da antiguidade de alguns (recordo que o Luso-Americano, o jornal de maior tiragem que se publica fora de Portugal tem mais de 80 anos, e o Portuguese Times vai a caminho dos 40), não falta quem vaticine o ocaso desta imprensa, associada ao fim da emigração e conseqüente fecho das associações, das igrejas e das escolas comunitárias de língua portuguesa, e os culpados são os mesmos de sempre: o governo português que não ajuda com subsídios, com formação, com apoios à reforma tecnológica, com fontes de informação, com porte pago, com assinaturas, com publicidade, enfim, o que se sabe. Já há 21 anos, quando comecei a trabalhar na imprensa comunitária portuguesa nos Estados Unidos, as queixas eram estas e quase todos os pensadores da diáspora davam uns 10 a 15 anos até os jornais e rádios em português se extinguirem naturalmente.

E de facto, nos últimos anos, nos vários congressos desta imprensa em que tenho participado, a palavra que mais se tem ouvido é "crise". Crise na falta de apoios, de leitores e de iniciativas para rejuvenescer um sector que, com o tal fim da emigração, parecia ter os seus dias contados. Por isso, várias têm sido as vozes, esclarecidas, algumas, outras apocalípticas, que defendem a necessidade de se começar já a escrever em inglês, ou francês ou espanhol se quisermos manter este jornais durante mais alguns anos. Outros afirmam que, face à concorrência da Internet e da RTP Internacional, o futuro destes OCS passa pelos jornais de distribuição gratuita. Precavendo-se contra estas opiniões, o jornal de Fall River há muito que adopta estas duas estratégias: é bilíngue e gratuito. E

contra estes cenários, o jornal de Fair River na muito que adoptou estas duas estratégias: é bilingue e gratuito. E que impacto teve isso na vida dos restantes OCS de expressão portuguesa? Aparentemente muito pouco. Mas vejamos melhor. De acordo com Adelino Ferreira, do Portuguese Times, o jornal recebe regularmente cartas de leitores a cancelarem a subscrição porque, dizem, "o meu pai morreu e eu não leio português". Mas o contrário também é verdade: "todas as semanas recebemos novas assinaturas", diz. O panorama é idêntico nos jornais e revistas da área metropolitana de New York.

Antes de mais importa lembrar que a crise da falta de leitores e da perda de receitas dos jornais, rádios e televisões é comum a toda a imprensa mundial. Sobretudo com o aparecimento da Internet, e depois com os sites de notícias e partilha de vídeos, a chamada imprensa tradicional tem vindo a perder terreno para os concorrentes, concretamente os jornais gratuitos (que são já os diários com maior audiência em cerca de dez países), os sites de notícias na Internet e o putativo expoente máximo da comunicação do século XXI, o You Tube. Mas será que isso afecta em alguma coisa a imprensa étnica, e particularmente a imprensa portuguesa da diáspora?

Vejamos. No caso dos Estados Unidos, um estudo recente da New Califórnia Media e do Leadership Conference on Civil Rights Education Fund concluiu que os jornais, as estações de televisão e as rádios étnicas têm hoje uma audiência de mais de 64 milhões de pessoas, ou seja, um em cada cinco americanos lêem esta imprensa, ouvem estas rádios ou vêem estas televisões. Apesar disso, apenas 3 a 4% do total de investimentos em publicidade chega a estes media. Um paradoxo quando se sabe que nos últimos anos dezenas de títulos americanos têm encerrado as suas portas. Actualmente crê-se que o número de jornais étnicos nos Estados Unidos seja de várias centenas, escritos em mais de 40 línguas, entre elas o português.

Mas este é um sector onde falar de números é um pouco como jogar na lotaria. Nenhuma associação quantifica títulos e os jornais são tão pequenos que não podem fazer parte do Audit Bureau of Circulation, desconhecendo-se, por isso, com rigor, as suas tiragens. A maioria destas publicações nasceram no seio de famílias, como pequenas empresas caseiras, e tradicionalmente sobreviveram dos anúncios do comércio local das suas comunidades. Na era antes da televisão internacional via satélite e da Internet, o objectivo era sobretudo informar a comunidade com notícias do seu país. Só nos últimos tempos alguns têm atraído publicidade dos gigantes das telecomunicações, por exemplo, companhias aéreas, bancos e hospitais que tentam assim atingir um nicho de mercado composto por um público diverso mas igualmente consumidor. Há uns anos atrás, as grandes companhias americanas colocavam anúncios de pedidos de emprego qualificado nos jornais de línguas arábicas e asiáticas, sobretudo porque sabiam que 62 por cento dos emigrantes árabes têm frequência universitária contra os 45 por cento da população norte-americana. No caso dos asiáticos que vivem nos Estados Unidos, 36,6 por cento possuem uma licenciatura ou habilitação superior, contra os 20,3 por cento de americanos. Por outro lado, o rendimento médio familiar dos árabe-americanos é ligeiramente superior ao rendimento médio de uma família americana.

No caso da comunidade portuguesa, as coisas não são bem assim. Os anúncios das empresas americanas nos jornais e rádios portugueses procuravam sobretudo trabalhadores lusos para fábricas e construção civil, e é comum ainda hoje verem-se anúncios de famílias americanas pedindo mulheres portuguesas para limpar as suas casas, cozinharem ou serem amas dos seus filhos. Duas realidades muito diferentes, mas servidas pelos mesmos meios, ou seja, a imprensa étnica. O que importa aqui sublinhar é que a imprensa étnica cresce hoje nos Estados Unidos sobretudo graças aos emigrantes de língua hispana, árabe e asiática.

Nos princípios do século XX publicavam-se no país dezenas de jornais em língua sueca, italiana e alemã. Em 1932, o diário novaiorquino italiano Il Progresso (já extinto) tinha uma circulação diária de 500 mil exemplares. Em comparação, o único diário que actualmente se publica em italiano na grande área metropolitana de Nova Iorque (a maior comunidade italiana do país) não chega aos 20 mil leitores. E dos suecos e alemães não há sequer rasto. O fenómeno é fácil de explicar: com a integração destas comunidades na sociedade americana e a perda da língua de origem a partir das terceiras e quartas gerações, o inglês passa a ser, naturalmente, a única língua falada e lida. Com a emigração portuguesa, o fenómeno é semelhante. Mas com duas realidades distintas: a Califórnia, que segue a tendência italiana, com as comunidades portuguesas a usarem cada vez menos o português para comunicarem, e a costa leste, onde se incluem os estados de Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, New York e New Jersey, zonas onde, por causa da sua emigração ser mais tardia, o português ainda domina. No entanto, mesmo aqui já iniciámos a trajectória descendente com a perda de leitores, ao contrário da tendência de crescimento que a imprensa étnica de fala hispana, árabe e asiática experimenta neste momento. Porque é que então uns sobem e outros descem? Nada tem a ver com a gravidade. Vejamos.

Um estudo de 2005 do Center for American Progress, o único estudo exaustivo e credível da imprensa étnica feito nos Estados Unidos nas últimas décadas, mas que, curiosamente, inclui a imprensa portuguesa no grupo hispano, revela que de facto esta media atinge 51 milhões da população adulta americana. Conclui ainda que aproximadamente 29 milhões de adultos são consumidores primários da imprensa étnica. Consumidores primários de imprensa étnica significa aqui aqueles que preferem ver televisão, ouvir rádio, ou ler jornais nas suas línguas mãe, ou seja, em outras que não o inglês. Pena que não haja um estudo destes para imprensa portuguesa, pois parece que pelo menos na costa leste, estes resultados poderiam encaixar-se perfeitamente na realidade que todos conhecemos no nosso contacto diário com as comunidades. Os portugueses de primeira geração continuam a preferir comunicar, ler e ouvir notícias na sua língua de origem e quando se trata de saber informações do seu país e da sua comunidade confiam mais nos seus órgãos de comunicação étnicos. Uma curiosidade: no estudo referido, somente os afro-americanos (os negros, como se diz em Portugal) preferem os órgãos de comunicação social americanos em vez dos étnicos.

Mas este optimismo do crescimento da imprensa étnica nos Estados Unidos não se aplica necessariamente aos OCS portugueses. Basta ouvir os seus directores e colaboradores para saber que algo vai mal. E o problema não é de agora. É de sempre. Queixam-se de quase tudo. A começar pelo eterno dedo acusador ao governo português. Dizem que deviam ter um apoio ao estilo do porte pago existente para a imprensa local em Portugal que lhes permitisse enviar por correio os seus jornais para um maior número de subscritores, serem contemplados com a chamada publicidade institucional dos Ministérios Portugueses, tribunais, repartições de finanças e câmaras municipais, à semelhança do que acontece com os seus colegas em Portugal, terem acções de formação pagas para os seus colaboradores e jornalistas, créditos à modernização tecnológica e, sobretudo, um reconhecimento por parte de Portugal do seu papel de veículos transmissores da cultura e língua portuguesas na diáspora. Queixam-se ainda amiúdes vezes do mau relacionamento com entidades oficiais dos governos centrais e regionais, da discriminação e sonogamento de notícias por parte de cônsules, funcionários e secretários de Estado. E reclamam também da falta de apoio económico da comunidade e do facto de não terem acesso à publicidade das grandes empresas dos países de acolhimento por não serem auditados no controlo de tiragem. Dizem que falta uma associação da imprensa étnica portuguesa que represente todos estes órgãos e os defenda junto de Portugal e nos centros de decisão do enorme mercado publicitário. Porque, empresas multinacionais como a Coca Cola ou o MacDonalds, por exemplo, embora interessadas no mercado étnico português, nunca anunciarão numa publicação com 5 mil exemplares de tiragem. Por isso era preciso uma associação que congregasse todos os OCS portugueses e os identificasse a nível de tiragem como um todo de forma a que o bolo da publicidade pudesse então ser dividido.

Depois há a perda de leitores, com o desaparecimento das primeiras gerações e as dificuldades crónicas de atingir as segundas e terceiras, um problema que é transversal a todas as instituições sociais das nossas comunidades espalhadas pelo mundo. E os aumentos dos custos de produção, dos portes de correio e da concorrência da Internet.

Porém, analisando um pouco as nossas comunidades, sobretudo as mais conhecidas e representativas, custa a crer que o poder económico e o prestígio social ganho ao longo destas últimas décadas não tenha tido correspondência na sua componente cultural e editorial, neste caso. Como é possível que uma comunidade que envia anualmente para Portugal milhões de euros de apoio a instituições sociais de toda a espécie, que continua a fazer transferências bancárias superiores aos fundos recebidos da União Europeia, que elege representantes ao Congresso americano e ao parlamento canadiano, presidentes de câmaras municipais, vereadores, e possui artistas de primeiro plano, escritores e empresas entre as maiores dos seus países, não consiga ter um órgão de comunicação social que saia do patamar do amadorismo e da carolice e nos represente à escala nacional ao nível

de um El Diário, o jornal da comunidade hispana nos Estados Unidos, ou uma associação de imprensa da diáspora? Talvez pela mesma razão por que não fomos ainda capazes de tirar o ensino da língua portuguesa do gúeto da nossa comunidade. Com o poder económico e o estatuto político e social que já adquirimos nos vários países de acolhimento, a nossa dinâmica, neste campo, deveria ser muito maior. Mas, convenhamos, a culpa não é só das comunidades. Longe disso.

Há cerca de cinco anos, em Braga, num congresso da imprensa da diáspora, 21 jornalistas de vários OCS comunitários presentes discutiram os mesmos temas e preocupações e decidiram que era tempo de lançarem as bases de uma associação de jornalistas da diáspora. O projecto nasceu com o nome de PorPress21 e as intenções eram as melhores. Criou-se uma página na Internet, estabeleceram-se quotas para associados e elaborou-se o projecto de um primeiro congresso que reunisse os OCS portugueses de todo o mundo. O governo regional dos Açores prontificou-se para acolher e apoiar a ideia, mas deixou a iniciativa nas mãos dos responsáveis do projecto. Vicissitudes várias, a começar por saber quem deveria pertencer a esta associação, até ao eterno factor político e ao bairrismo que nos caracteriza, acabaram por deitar por terra o projecto e a PortPress21 está hoje em banho maria.

A ideia, segundo nos disse Fernando Cruz, de Toronto, o presidente, era fazer um Congresso Mundial para eleger uma direcção que desse andamento à associação. Ai se definiria o seu estatuto (se seria uma espécie de grémio jornalístico ou uma associação de estilo sindical), quem seriam os associados, se apenas os jornalistas com carteira profissional ou todos os colaboradores dos OCS comunitários, etc., etc., etc. Mas a coisa não saiu do plano das intenções. Fernando Cruz faz fortes críticas (como sempre) ao actual Secretário de Estado das Comunidades por não ter apoiado nem sequer se ter dispor a discutir a ideia. E diz que o governo teve receio de ver os jornalistas da diáspora unidos.

Será? Mas estaremos nós alguma vez unidos? Olhem para as vossas comunidades e digam-me se alguma vez se sentiram parte de um classe sócio-profissional? É que na imprensa comunitária fala-se muito nos Congressos mas parece que no final cada um toca a vaca para seu lado. Sim, podemos dizer que abundam as intenções, mas escasseiam as iniciativas, a união de esforços, a solidariedade de classe e falta o estabelecimento claro e inequívoco de um pensamento estratégico que tome a concertação como um dos seus pilares e uma das suas bandeiras. É necessário que todos os intervenientes se assumam capazes de dialogar abertamente, de discutir os, afinal, interesses comuns sem preconceitos nem chauvinismos e articulem esforços entre os vários agentes que permitam pôr na primeira linha a concertação e a união da classe de uma forma prospectiva. É urgente concertar recursos, reunir sinergias e arranjar aliados nesta luta. É necessário reconhecer os erros e as falhas do passado, eliminar o fantasma do amadorismo e da carolice, o estigma da pedinche e da crítica fácil e gratuita ao Estado português, que se acusa de ser o mal de todos os pecados, que se ataca por tudo e por nada numa confusão de papéis, e assumir o estatuto de verdadeiro órgão de informação com direitos e deveres. A prioridade deve ser informar, escrever bem português, opinar em editoriais, e não em afinetadas disfarçadas de notícias. O objectivo deve ser servir as nossas comunidades contribuindo para a sua afirmação nas respectivas cidades e estados.

Os tempos mudaram. Longe vai o emigrante da mala de cartão sedento de notícias da terra. Hoje é necessário promover campanhas de sensibilização cívica e política, liderar outras de solidariedade, destacar os nossos valores, promover a nossa língua e cultura. No fundo, ser o esteio das nossas gentes na sua afirmação como grupo étnico integrado mas com especificidades, direitos, anseios e expectativas próprios, e evidenciar as realizações sócio-económicas, culturais e desportivas de uma forma positiva que sirva de exemplo às novas gerações de luso-descendentes.

Hoje, como ontem, cabe aos órgãos de comunicação social comunitários uma tarefa crítica. Numa altura em que a emigração portuguesa praticamente cessou para os Estados Unidos, numa sociedade global onde as notícias correm à velocidade da luz, o nosso papel e a nossa intervenção tem que ser cada vez mais local. Não podemos pretender ser tudo para toda a gente, pois ao fazê-lo estamos simplesmente a tentar imitar os outros media numa corrida muito desigual onde a derrota é a única coisa que temos certa. Temos que agir localmente mas sem deixar de pensar globalmente, temos de nos assumir como uma comunicação social sem fronteiras capaz de transmitir confiança e esperança às nossas comunidades.

Em 1999, no I Congresso da Imprensa Comunitária organizado pela DRC, Diniz Borges, da Califórnia, escrevia, e passo a citar, referindo-se aos desafios destes OCS: "É que apesar dos avanços tecnológicos perdura a necessidade para que cada comunidade tenha a sua voz. Mais do que nunca, os órgãos de informação das comunidades têm um papel fundamental na preservação da nossa identidade cultural". E concluiu: "Penso que os novos desafios dos agentes de informação nas nossas comunidades residem em como defender a complexidade da identidade portuguesa em terras americanas. A metamorfose que ocorre nas comunidades é plausível nas várias esferas das nossas vivências individuais e colectivas". E advertia para a necessidade de se usar a língua inglesa para levar a mensagem às novas gerações.

A metamorfose era, obviamente, a perda da língua portuguesa como instrumento de comunicação por parte das segundas, terceiras e demais gerações, e o acesso à informação de Portugal através das novas tecnologias como a Internet ou a RTP Internacional em detrimento dos jornais comunitários. Nesse sentido, estariam os OCS das comunidades irremediavelmente condenados à extinção? Não necessariamente e o mesmo jornalista adiantava mesmo uma receita. "O que terá que suceder, escrevia, é que os media da diáspora terão de se parecer cada vez menos com os jornais e rádios dos Açores e cada vez mais consigo próprios".

A quase uma década de distância, estas palavras continuam actualíssimas. É que, apesar de todos os progressos, quer-nos parecer que os órgãos de comunicação social da diáspora continuam reféns de si próprios, dependentes de modelos importados de Portugal que cada vez menos se aplicam à nossa realidade comunitária. A maioria continua apegada à saudade da terra natal e aos afectos que contagiam qualquer tentativa de profissionalismo e isenção editorial e muito dependente das contrapartidas financeiras do comércio local luso na parte publicitária. Por outro lado, e salvo raras excepções, estes OCS continuam geralmente a serem pequenas empresas familiares que tiram da publicação do jornal ou da emissão do programa de rádio o seu sustento diário, com redacções compostas por colaboradores e carolas e pouquíssimos, ou quase nenhuns, jornalistas, o que lhes coarctava qualquer possibilidade de inovação.

Vamberto Freitas, em 1987, in "Algumas Considerações sobre a Imprensa Portuguesa nos Estados Unidos", escrevia assim: "... fazer jornalismo em e para as comunidades como a nossa (referia-se à Califórnia) continua a ser um acto mais ou menos quixotesco, uma luta constante de indivíduos isolados contra uma realidade fortemente marcada por um grau de educação bastante primária e que ainda relega tudo que não seja material lucrativo, para último lugar".

E dez anos antes, Alberto Lemos, o director do extinto Jornal Português, o jornal que mais tempo sobreviveu na Califórnia, referindo-se à sua actividade jornalística, dizia: "Lembre-se de que eu, além de pequeno editor, redactor, fotógrafo, varredor, carregador de sacos, promotor de vendas, angariador de assinaturas, etc., também tenho que ser gerente, administrador e um dos mais cuidadosos...".

A estas distâncias temporais, eu pergunto aos colegas presentes até onde são estas palavras verdadeiras nos dias de hoje. Quais foram os OCS das comunidades que conseguiram libertar-se deste espartilho e criar o seu próprio espaço editorial, cultural e até político; quais são os que conseguem hoje olhar para os Açores sem o filtro saudosista e o criticismo do filho pródigo; quais os que souberam conquistar o seu lugar na comunidade e na sociedade de acolhimento sem complexos de inferioridade ou orgulhos bacocos? Quais os que souberam liderar campanhas nas suas comunidades promovendo os valores e os líderes de uma forma desinteressada, em português, inglês, francês ou espanhol, tendo apenas em conta os interesses comuns da comunidade?

E aos responsáveis em Portugal: por que razão não dados os mesmos apoios, oferecidos os mesmos programas e oportunidades a esta imprensa comunitária, como se faz em Portugal à imprensa local?

Por que razão não pagam a Secretaria de Estado das Comunidades e a Direcção Regional assinaturas dos OCS

comunitários às associações da diáspora, como o fazem para os jornais publicados em Portugal?

Como dizia Manuel Alegre a semana passada, parece que neste campo também, "é tempo de buscar os diálogos abertos e o sentido da responsabilidade democrática que têm de se impor contra o pensamento único".

Obrigado.

---

---

## NOTAS

\* Comunicação apresentada no Fórum "Gnosis", realizado na cidade de Angra do Heroísmo, ilha Terceira, Açores, em Junho de 2008, proferida por António Oliveira, director da revista ComunidadesUSA e correspondente da agência LUSA para as comunidades em NY.

---

**Indique este artigo para um amigo**